

A formação de professores para a inclusão escolar dos alunos com deficiência

The training of teachers for the school inclusion of students with disabilities

Cíntia Silva Dutra Rodrigues¹, Simone Cezário Silva¹, Leonor Paniago Rocha¹, Renata Magalhães Naves², Isa Mara Colombo Scarlati Domingues¹

RESUMO

Este texto apresenta reflexões sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão escolar dos alunos com deficiência na educação básica. O objetivo do artigo é mapear e refletir sobre os artigos publicados por um periódico que discute a formação de professores para compreender quais têm sido as discussões sobre a formação docente para a educação inclusiva. Para tanto, realiza-se uma revisão da literatura sobre formação docente e educação inclusiva em um periódico brasileiro que discute o tema. Nesse sentido, a opção foi pela pesquisa qualitativa com coleta de dados na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Para fundamentar o texto, utilizou-se autores como: Mendes (2002); Pletsch, (2009); Dias (2018); Custódio e Silva, (2019); Baptista e Santos, (2019); Souza e Rezende (2019); Rondini (2019); Felicetti e Batista, (2020), dentre outros. Os resultados mostraram que as licenciaturas precisam contribuir de maneira efetiva para essa realização. Observou-se que ainda há muito o que ser feito para que a inclusão das pessoas com deficiência possa acontecer no espaço escolar e que os cursos de formação de professores precisam discutir de maneira efetiva a temática.

Palavras-chave: Formação Docente; Periódico; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This paper presents reflections on teacher training from the perspective of attending to school inclusion concerning students with disabilities in basic education. The main objective of this paper is to map and reflect on the articles published by a journal which discusses teacher training in order to understand what the discussions have been about teacher training for inclusive education. Therefore, a review of the literature on teacher training and inclusive education is carried out in a Brazilian journal that discusses this specific topic. Regarding this, the option was for qualitative research with data collection in the Brazilian Journal of Research on Teacher Training. To bring support to this text, authors such as: Mendes (2002); Pletsch, (2009); Martins (2012); Days (2018); Custodio e Silva, (2019); Baptista and Santos, (2019); Souza and Rezende (2019); Rondini (2019); Nóvoa (2019); Felicetti and Batista, (2020), among others were taken. The results showed that the degrees need to effectively contribute to this achievement. It was observed that there is still much to be done when it comes to discuss about inclusion of people with disabilities which can happen in the school field and teacher training courses need to effectively discuss this theme.

Keywords: Teacher Training; periodical; School inclusion.

¹ Universidade Federal de Jataí (UFJ). *E-mail: cynthiadutracie@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás (UFG).

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a formação docente para a promoção da inclusão dos alunos com deficiência no espaço escolar. Trata-se de uma revisão da literatura sobre formação docente e educação inclusiva presentes na Revista Brasileira de Pesquisa entre os anos de 2019 e 2021. Nesse sentido, a partir da pesquisa, buscamos apontar quais são as dificuldades, os limites e possibilidades apresentados pela formação docente para a realização da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas brasileiras.

Sendo assim, neste texto sistematizamos os dados encontrados nesse periódico apontando, entre outras coisas, qual é a parcela de contribuição deste para a compreensão da importância da formação docente para a efetivação do processo de inclusão escolar presente no Brasil, desde os anos de 1990, com a promulgação da Declaração de Salamanca e utilização dela como documento norteador da política de inclusão em nosso país. Nossa intenção nesse ensaio teórico é saber como vem ocorrendo o processo de formação do professor na área da educação inclusiva. Indagamos, portanto, se a formação docente tem sido discutida como importante para a efetivação das políticas públicas no sentido de melhorar as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares.

Para isso, organizamos o artigo no sentido de apresentar um pouco da história da educação especial no Brasil; discutir a formação de professores para a educação especial; e, ainda, por meio dos dados coletados na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, nos anos já citados, refletir acerca da importância da formação inicial e continuada na produção de conhecimentos acerca dos conteúdos que permitam a compreensão sobre as deficiências e o fazer pedagógico necessário para ensinar a todos.

Conforme afirma Mendes (2002)

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos pedagogos, que desafiando os conceitos vigentes até o momento, passaram a acreditar nas possibilidades educacionais de indivíduos até então considerados ineducáveis (MENDES, 2002, p. 62).

O marco da educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, mais especificamente em 1854, quando foi fundado na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Imperial Dos Meninos Cegos (IBC) e, em 1857, O Instituto Imperial Dos Meninos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Historicamente, é importante salientar que até meados do século XX, a educação dos considerados diferentes ficaram sob a responsabilidade das instituições filantrópicas, como Associação Pestalozzi (1926); Instituto Padre Chico (1928); Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (1954). O governo brasileiro só passou assumir a educação especial a partir dos anos de 1960, quando foram fundadas, nos estados, instituições que atendessem pessoas com deficiências diversas.

Entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, vivemos o período da integração escolar. Período no qual eram as pessoas com deficiência que tinham que se adaptar ao sistema, não cabendo ao sistema, às escolas, nem ao menos os professores a culpa pelo seu fracasso (COSTA, 2020), ou seja, caso esses fracassassem, seriam devolvidas às escolas especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

O capítulo V desta Lei, art. 58. § 1º destaca que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno com alguma deficiência. Esse documento destaca que cabe à instituição escolar oferecer atendimento especializado ao aluno com qualquer tipo de deficiência. E o Art. 59. afirma que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades, ou superdotados:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 19 e 20).

Já colocada na Lei, a formação de professores para a inclusão escolar é também defendida por diversos autores. Para Silva e Reis (2011) acolher a diversidade de indivíduos e contar com professores preparados para a escola inclusiva é, sem dúvida, o desafio da educação da atualidade.

Assim, compreendemos que sem formação inicial e continuada adequada para o enfrentamento dos diversos intervenientes no processo de inclusão, não haverá como incluir. Desse modo, nossas reflexões nesse estudo estão atreladas à defesa de uma formação docente adequada para aqueles que estão à frente do desafio de incluir a todos com qualidade.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para discutir a formação de professores no que tange à inclusão escolar dos alunos com deficiência na educação básica, optamos por seguir metodologicamente o percurso de busca e compreensão das discussões sobre esse tema a partir de um periódico que discute a formação de professores. Assim, realizamos uma revisão da literatura e coletamos dados na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, a respeito da formação docente para a educação inclusiva de alunos com deficiência, em suas publicações entre os anos de 2019 e 2021.

Nesta pesquisa, apesar de apresentarmos dados quantitativos, nossa opção foi pela pesquisa qualitativa, pois consideramos a necessidade de identificar e compreender as discussões acerca da qualidade dos conteúdos direcionados à formação docente, bem como a relação ao enfrentamento dos obstáculos presentes na escola para incluir.

Defendemos, neste texto, que a educação inclusiva sofre uma carência de formação docente; e, ainda, que quando esta é feita, se faz de maneira insatisfatória para a efetivação do processo, dado o despreparo das licenciaturas para a inclusão escolar de alunos com deficiências no Brasil, o que resulta em prejuízos sociais e acadêmicos a todos os indivíduos (PLETSCH, 2009).

É importante acentuar que a metodologia desempenha um papel adequado equivalente à pesquisa, no qual o pesquisador fará sua busca. Thiollent (1986) afirma que:

[...] a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tornar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. O estudo da metodologia auxilia

o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica (THIOLLENT, 1986, p. 25).

Segundo Gil (2010), as pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação. Esta pesquisa é qualitativa e explicativa e apresenta como dados os artigos publicados pela Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente.

Essa investigação lança mão da pesquisa bibliográfica, aqui entendida por Gil (2010):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já elaborado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 44).

A pesquisa explicativa tem a intenção de trazer fenômeno da realidade como afirma Gil (2010):

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas [...] (GIL, 2010, p. 42).

O periódico que escolhemos para compor a pesquisa é publicado digitalmente sob a responsabilidade da editorial do Grupo de Trabalho (GT) - Formação de Professores (GT08) - da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em coedição com a Editora Autêntica. De acordo com seus editores, a ideia da Revista surgiu no começo da década 2000, mas apenas em 2008, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), em Porto Alegre, pesquisadores do GT08 a criaram.

No período escolhido para a coleta de dados, esse periódico publicou cento e um (101) artigos sobre o tema formação de professores. Desses, apenas cinco (5) discutiram a formação de professores e a educação inclusiva.

Esse periódico foi escolhido por concordamos com seus editores que, atualmente essa Revista² é

[...] um canal de divulgação da produção e pesquisa no campo da Formação de Professores nos idiomas português, espanhol, inglês e francês, em diálogo interdisciplinar com as contribuições de pesquisas realizadas pelas áreas correlatas que tratam da mesma temática. Visa, em especial, fomentar e facilitar o intercâmbio nacional e internacional do seu tema objeto. A Revista é dirigida ao público de professores, pesquisadores e estudantes das áreas de Educação e ciências afins (COMISSÃO EDITORIAL, 2008)

Desta forma, consideramos que trata-se de um periódico rico para a discussão que apresentamos nesse estudo sobre a formação docente necessária e adequada para a contribuição de um processo de inclusão escolar no Brasil que contemple a inclusão das pessoas com deficiência na escola.

2 O TRATAMENTO DADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Na Idade Média, as famílias que tinham filhos deficientes eram vistas na sociedade como amaldiçoadas pelos deuses. As famílias podiam dar esses filhos em sacrifício para o perdão dos deuses ou poderiam também deixá-las nas portas das casas de outros. Os que não eram sacrificados, eram usados como “bobo da corte” para alegrar e divertir a nobreza (ALAMINOS, 2018).

Na Roma Antiga, os pais poderiam sacrificar os filhos deficientes assim que nascessem. Esse costume durou até o século XIII. No Egito, os deficientes que eram cegos e os anões faziam trabalhos manuais e atividades agrícolas. Os anões poderiam trabalhar em casas da elite e tinham funerais dignos.

Nos séculos XV e XVI, o deficiente era considerado perigoso para a sociedade, pois acreditava-se que nasciam assim por castigo divino, que tinha possessão diabólica, e até que eram a encarnação do mal. Eram submetidos aos mais diferentes sacrifícios, tais

² A partir do volume 11 (2019) assumiu a periodicidade quadrimestral com Edições Regulares nos meses de abril, agosto e dezembro. As Edições Especiais são determinadas pela Comissão Editorial Executiva sob demanda, quando aprovadas, obedecem aos mesmos critérios que regem sua política de avaliação em Edições Regulares.

como apedrejamento, fogueira e outros tipos de torturas físicas. Essas práticas duraram até o século XVIII. A todo esse período chamamos de pré-científico por ser um período de trevas, quando da ciência não havia desenvolvido nenhuma contribuição para o conhecimento da deficiência.

Nesse mesmo século, Rousseau publicou seu livro - Emílio ou Da educação. “Nesta obra, o autor inverte tanto a teoria quanto a prática educativa destinada à criança, levando em consideração os interesses dela e não apenas os do mundo adulto, como era anteriormente” (ALAMINOS, 2018, p. 12).

Os desdobramentos dessa obra alcançaram os pressupostos da educação das pessoas com deficiência por “preconizar o respeito e favorecimento das tendências naturais da criança” servindo “de inspiração e marco teórico dos movimentos educacionais do final do século XIX e início do século XX (ALAMINOS, 2018, p. 12)

Foi nesse período que ocorreu o interesse de médicos pela educação daqueles que até então eram tidos como ineducáveis. Sendo assim, educadores como Decroly, Pestalozzi e Montessori, realizaram trabalhos educacionais sistematizados na área de educação especial. De acordo com Januzzi (2004 apud ALAMINOS, 2018, p. 14),

[...] o interesse dos médicos pela Educação Especial se deu, inicialmente, pela preocupação em encontrar perspectivas educacionais para os casos de deficiências severas. A mesma autora nos revela que além das preocupações em diagnosticar e localizar a etiologia das deficiências, os médicos não demoraram para perceber a importância da intervenção pedagógica nos casos e criaram escolas vinculadas e anexas a hospitais psiquiátricos, destinados ao atendimento de crianças com comprometimentos graves.

Até metade desse século a ideia predominante era de que as pessoas com deficiência deveriam ficar longe das ditas normais, fomentando assim a segregação. Essa segregação durou até o início dos anos de 1950, quando passou-se a discutir o isolamento dessas pessoas em instituições especializadas, passando a vigorar a normalização “que pressupõe que os deficientes podem frequentar os espaços sociais regulares desde que sejam reabilitados e curados a ponto de desenvolverem condições de normalidade” (ALAMINOS, 2018, p. 15). De 1950 a 1980 deu lugar à integração que “teve como principal vantagem a substituição da segregação. Entretanto, ao trazer os deficientes para o convívio social, o fazia de maneira condicional, por exemplo, concentrando os deficientes em classes especiais nas escolas regulares” (ALAMINOS, 2018, p. 15).

O que chamamos hoje de inclusão nasceu apenas no final do século XX. “O ideal

inclusivista é muito mais do que uma visão educacional, ele também engloba as esferas social e política, para que o direito da participação de todos os indivíduos na sociedade a que pertencem seja assegurado” (ALAMINOS, 2018, p. 15).

A inclusão tem como principal característica a ampliação e garantia do acesso à educação aos grupos excluídos historicamente desse direito em função da classe social, faixa etária, etnia ou deficiência firmando assim a democratização do ensino.

FORMAÇÃO DOCENTE

Ao iniciar as discussões sobre a formação de professores é preciso retroceder um pouco na história para que compreendamos quando ela começou. Nóvoa (2019, p.8) esclarece que,

[...] no decurso da história, as universidades revelaram uma grande indiferença em relação à formação de professores. Contrariamente a outras profissões (teologia, direito, medicina) que estão na origem das universidades, a formação de professores foi sempre uma preocupação ausente ou secundária. No que diz respeito à formação de educadores de infância e de professores do ensino fundamental, a indiferença foi quase total, até há pouco tempo, ficando essa tarefa nas mãos de escolas normais, de nível médio e não superior.

Vencida parte dessa indiferença, a universidade encontra, hoje, o desafio de formar professores para as novas demandas sociais; e, uma delas é receber em seu espaço os ditos “diferentes”. Nesse sentido, a formação de professores para a atuação na inclusão escolar tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores (GLAT, 2000; GLAT; NOGUEIRA, 2002; BRAUN; PLETSCHE; SODRÉ, 2003; GLAT; PLETSCHE, 2004; PLETSCHE, 2005), dada à urgência da discussão na atualidade.

Afinal, “nos tempos atuais, construir uma escola numa perspectiva inclusiva – que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem – é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais” (MARTINS, 2012, p. 35).

Para Dias (2018):

Na inclusão todos aprendem conviver com o diferente, o professor amplia seu conhecimento e se força inovar sua metodologia. Nas salas de aula há trocas, cooperativismo, coleguismo. O direito a educação escolar não pode ser negado e é uma forma de ajudar a todos a lutar em por sua liberdade (DIAS, 2018, p. 5).

Apesar das vantagens apresentadas pela inclusão e das mudanças ocorridas nas escolas - geralmente, oriundas das mudanças que ocorreram na sociedade - a formação docente não aparenta compreender toda essa metamorfose e acompanhá-la. No cenário mundial, a metamorfose da escola tem sido cada vez mais visível, o que deveria ser observado na formação docente.

Conforme Nóvoa (2019), essas transformações têm consequências profundas no modo de pensar a profissão docente, a sua função, o seu estatuto e o seu trabalho. Contudo, a mudança dela em relação à escola mostra-se letárgica. Tão letárgica que mesmo a legislação apontando e recomendando ações nesse sentido, as universidades, em sua maioria, pouco tem se movido.

Passadas quase três décadas da emissão da Portaria Ministerial n.º 1793 que recomenda a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas, poucas são as universidades que a atendeu a essa demanda.

Além dessa Portaria, há vinte anos, temos aprovada a Resolução nº 02/2001, do CNE e da Câmara de Educação Básica, instituindo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que em seu artigo 8, inciso I, reforça a necessidade de capacitação tanto de profissionais do ensino regular como de docentes especializados para atender, de maneira diferenciada, as necessidades dos educandos.

O não atendimento a esses dois documentos nos permite afirmar que a letargia das universidades é real.

Evidencia-se, porém, que apesar da existência da Portaria nº 1.793/94 e das Resoluções do CNE, muitas instituições de ensino superior não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e /ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada, o que não favorece a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos (MARTINS, 2012, p. 30).

Afirmamos que se não há disciplinas que discutem a temática não haverá também discussão e compreensão desse conteúdo e, conseqüentemente, também não haverá a realização de um trabalho pedagógico efetivo com a diversidade presente na escola; afinal

não basta proporcionar acesso à escola é preciso que, nela, atuem professores com formação voltada para suas questões.

Para tanto, é imprescindível investir – dentre outros fatores – na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, incluindo nesse contexto os educandos que apresentam deficiência, altas habilidades/ superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (MARTINS, 2012, p.36).

Apesar do que apresentamos acima, reconhecemos que avanços também vem ocorrendo no que diz respeito à legislação brasileira e a emissão de documentos provenientes de órgãos educacionais. De acordo com Martins (2012, p.36)

Várias iniciativas foram empreendidas pelo MEC e por diversos órgãos em nível federal, estadual e municipal, no que diz respeito à formação de docentes para favorecer a inclusão de todos os alunos, na escola regular. Neste sentido, embora reconheçamos que tem crescido o número de cursos de licenciatura que buscam oferecer disciplina(s) voltada(s) para a Educação Especial, numa perspectiva inclusiva – principalmente em decorrência de resoluções e de algumas portarias ministeriais – vários estudos vêm evidenciando que ainda existe, da parte de docentes em formação, a necessidade de um aprimoramento deste processo, a partir da ampliação da carga horária das disciplinas ofertadas, assim como da oferta de outras disciplinas que oportunizem um maior aprofundamento teórico e prático, nesse campo educacional.

Nesse sentido, consideramos que, sem formação inicial, nenhum processo de inclusão ocorrerá, visto que nenhum aluno adentra à universidade com conhecimentos científicos nessa área. É na graduação que se iniciam as discussões do que estamos presenciando na sociedade, que conhecemos seus sujeitos e a conhecemos melhor. Antes disso, nos encontramos mergulhados no senso comum, apenas vivendo em sociedade, sem oportunidade de refletir sobre toda sua diversidade, à luz da ciência. Assim, afirmamos que, a formação inicial do professor, sem disciplinas que contemplem os aspectos da diversidade e inclusão, é uma formação precarizada.

4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Nesse tópico, apresentamos as discussões que identificamos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores entre os anos

de 2019 a 2021 que destacam, de algum modo, a temática - formação de professores e educação inclusiva. O quadro abaixo apresenta esses artigos.

Quadro 1 – Artigos com a temática formação de professores e educação inclusiva presentes na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores entre os anos de 2019/2021

n.º	Título	Autores	Referência	Resumo
01	Classe hospitalar: práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental	Thais Paes Custódio e Milena Bartolomei Silva	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 163-180, jan./abr. 2019. Disponível em http://www.revformacaodocente.com.br	Discute a classe hospitalar como um dos campos de atuação do pedagogo e a falta de formação docente, acerca dessa área de trabalho. Teve como objetivo buscar informações acerca do processo de formação e das práticas pedagógicas desenvolvidas por profissionais da Educação que atuam na classe hospitalar de um hospital público em Campo Grande/MS. Os resultados apresentados indicam formas de atuação e boas práticas em classes hospitalares.
02	Formação inicial de professores para a educação básica em uma universidade tecnológica: trajetórias de reformulação das licenciaturas numa perspectiva colaborativa	Flávia Dias de Souza e Luís Maurício Martins de Resende	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 31-40, mai./ago. 2019. Disponível em http://www.revformacaodocente.com.br	O artigo tem como objetivo apresentar o processo de reformulação das licenciaturas em uma Universidade Tecnológica numa perspectiva colaborativa, dentro dos princípios que norteiam a constituição dessas políticas, destacando-se os eixos: articulação com a educação básica, educação inclusiva, tecnologias na formação de professores e no contexto da universidade.
03	Caminhos e descaminhos na formação docente para o trabalho com os estudantes com altas habilidades/ superdotação	Carina Alexandra Rondini	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 79-94, set./dez. 2019. Disponível em http://www.revformacaodocente.com.br	Refletir sobre a formação docente para o trabalho com estudantes com altas habilidades/ superdotação (AH/SD), dialogando com os resultados de dois levantamentos de campo. O primeiro investigou o ideário sobre as AH/SD de discentes em licenciaturas, pedagogia e psicologia, que frequentaram um curso de difusão de conhecimento sobre o tema. O segundo analisou a concepção que professores dos anos iniciais do ensino fundamental têm sobre a dinamização da sala de aula e instrumentos, materiais e recursos que as escolas, nas quais trabalhavam, possuíam para tal ação.
04	Monitoria como espaço de formação docente inicial em biologia sensível à diversidade cultural	Geilsa Costa Santos Baptista e Laryssa Carneiro Santos	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 95-110, set./dez. 2019. Disponível em http://www.revformacaodocente.com.br	Discutiu a contribuição da monitoria em um componente curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, para a formação da identidade docente de uma licencianda que seja sensível à diversidade cultural. Trata-se de uma autobiografia, com coleta de dados baseada em anotações em diário de campo e análise de conteúdo. Quatro categorias temáticas foram geradas, indicando que a monitoria contribuiu na sensibilização da licencianda sobre a necessidade de atenção e consideração da diversidade cultural presente na sala de aula.

05	A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura	Suelen Aparecida Felicetti Irinea de Lourdes Batista	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 165-180, mai./ago. 2020. Disponível em http://www.revformacaodocente.com.br	O referido texto questionou como acontecem as discussões dos processos de formação inicial e em serviço com os professores voltados à educação numa perspectiva inclusiva e discutiu como está sendo discutida a formação docente voltada à EI de alunos com deficiências.
----	---	---	---	--

Por meio da observação do quadro acima, percebemos que no ano de 2021³ não houve publicação que discutisse a formação docente ligada à educação inclusiva. Assim, dos 5 (cinco) artigos encontrados 4 (quatro) foram publicados no ano de 2019 e 1 (um) no ano de 2020.

O artigo - Classe hospitalar: práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental - discute a classe hospitalar como um dos campos de atuação do pedagogo e a falta de formação docente para atender esse campo de trabalho. O texto diz respeito a um relato de pesquisa que revela, entre outras coisas, a falta de formação inicial dos docentes para atuarem em classes hospitalares. Conforme as autoras

Um dado que chama a atenção está ligado à questão dos conhecimentos teóricos e práticos relacionados à classe hospitalar durante a formação inicial, para embasamento na atuação dentro do hospital com as crianças internadas. Todas as professoras responderam que, durante a graduação, não estudaram conteúdos acerca desse assunto, ou seja, de acordo com as informações obtidas no roteiro de questões, a estrutura curricular seja das professoras formadas há 23 anos, seja da professora formada recentemente, não disponibilizou disciplinas que contemplassem estudos norteadores das práticas de ensino-aprendizagem para os pedagogos dentro dos hospitais (CUSTÓDIO; SILVA, 2019, p.174).

Esses dados confirmam a realidade de como os cursos de formação de professores, no Brasil ainda não têm contribuído para a disseminação dos conhecimentos referentes à educação inclusiva, “o que permite pensar que se faz necessária a inserção de conteúdos, disciplinas e até reorganização na estrutura dos cursos de Pedagogia, pois a atuação dos

³ A edição de set/dez 2021 foi uma edição especial dedicada à Marli André e teve por finalidade expressar o reconhecimento da comunidade de pesquisadores em educação e do Grupo de Trabalho – GT 8 (Formação de Professores), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd Nacional, por suas contribuições teórico-metodológicas para a pesquisa em Educação e para o campo da formação de professores.

professores é importante para o processo de ensino-aprendizagem” (CUSTÓDIO; SILVA, 2019, p. 175).

O artigo de Souza e Rezende (2019), intitulado - Formação inicial de professores para a educação básica em uma universidade tecnológica: trajetórias de reformulação das licenciaturas numa perspectiva colaborativa - narra o processo de reformulação dos cursos de licenciatura da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em um viés colaborativo. Nesse sentido, essa Universidade cria a Comissão para Formação de Professores para a Educação Básica e realiza os Fóruns dos Cursos de Licenciaturas– ForLic, instituindo sua Política Institucional de Formação de Professores, “adotando-se três grandes eixos norteadores como referência: i) articulação com a educação básica; ii) educação inclusiva; iii) tecnologias na formação docente e no contexto da UTFPR”, tomando como foco central a educação inclusiva e, ainda, considerando a legislação no que diz respeito à consolidação desta através do respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, dentre outras.

Como podemos perceber, o artigo de Souza e Rezende (2019) não discute diretamente a formação docente no que tange à educação inclusiva, mas o consideramos aqui, por apresentar um caso que revela preocupação com esta na reformulação de suas políticas de formação.

O texto de Rondini (2019) - Caminhos e descaminhos na formação docente para o trabalho com os estudantes com altas habilidades/ superdotação - revela-nos o descaminho, ou os caminhos não apresentados pela formação inicial ao licenciando no que concerne à educação do público considerado de educação inclusiva.

As reflexões dessa autora confirmam a afirmação que fizemos anteriormente de que, em relação à educação inclusiva, os cursos de formação docente, no Brasil, ainda vivem uma triste realidade no que diz respeito à contribuição desta para esse processo. De acordo como essa autora,

Pode-se considerar que, se não todos, a maioria dos cursos de graduação de licenciaturas, pedagogia e psicologia não possui, em sua grade curricular, uma disciplina ou mesmo um tópico sobre as AH/ SD. Dessa forma, esses futuros profissionais saem dos bancos universitários sem qualquer conhecimento sobre tal assunto, chegando às escolas e aos consultórios imersos em mitos e conceitos advindos do senso comum (SILVA; RONDINI, 2019), o que certamente irá comprometer o seu trabalho especializado voltado a esse alunado. Em alguns casos, como nos relatos aqui enfocados, essa formação básica fica a cargo de cursos de extensão complementares, os quais estão longe de serem efetivos, de fato (RONDINI, 2019, p. 90).

Nesse sentido, podemos afirmar que as questões e conhecimentos ligados à educação das pessoas com deficiência estão sendo marginalizados nos cursos de licenciaturas.

O artigo - Monitoria como espaço de formação docente inicial em biologia sensível à diversidade cultural - nos apresenta as vivências de uma estudante do curso de licenciatura em Biologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, como monitora do componente curricular - Pluralidade Cultural e Inclusão escolar. A partir de seus relatos, percebemos que além de carecermos de uma formação docente que contemple a educação inclusiva, necessitamos também, que essa formação “inclua abordagens sobre discriminação e intolerância nas aulas dos componentes curriculares das licenciaturas, pois isto ajudará nas reflexões que promovem mudanças de práticas que estejam equivocadas neste sentido” (BAPTISTA; SANTOS, 2019, p. 106).

Em um desses relatos da monitora é possível perceber que os licenciandos estão atentos aos processos de marginalização que estão presentes no contexto escolar e a importância de promover mudanças nesses.

Vejo que nas rodas de conversas ocorre discussão entre os alunos, sobre temas que são de grande relevância para o ensino de ciências, para que a visão da escola não perpetue pressupostos de estereotipagem, principalmente com relação ao gênero, sexualidade, raça, etnia das pessoas. **Também com relação as pessoas com necessidades especiais e inclusão delas nas escolas.** Eles falam como é importante que eles, como futuros professores, possam ajudar a construir e persistir em discussão de respeito e convivência com as diferenças, pois é preciso estar ciente de sua responsabilidade e importância de sua atuação profissional. [...] Por isso **vejo a necessidade de propormos mais discussões sobre estes assuntos dentro de todas as disciplinas, pois dentro de uma grade curricular tão extensa, esta discussão é deixada de lado** (BAPTISTA; SANTOS, 2019, p. 105 – grifos nossos).

A partir do relato acima podemos afirmar que os alunos percebem a necessidade de formação referente ao tema educação inclusiva em suas várias nuances, tais como: preconceito, estigmatização e outros. Ainda por meio dos relatos, observamos que o tema educação inclusiva se encontra marginalizado nas licenciaturas.

Felicetti e Batista em - A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura - realizaram uma revisão da literatura a respeito da formação na perspectiva da educação inclusiva, fornecendo materiais para abordar algumas tendências, relacionadas à compreensão desta, evidenciando “que existe preocupação em formar professores pra consolidar a inclusão, ação que representa uma

maneira de fortalecê-la frente aos alunos com deficiências” (FELICETTI; BATISTA, 2020, p. 165).

Felicetti e Batista (2020, p. 176) questionam “como estão sendo discutidos os processos de formação inicial e em serviço de professores voltados à EI de pessoas com deficiências?” O objetivo principal da pesquisa foi compreender com base na literatura, como estão sendo realizadas as discussões da formação dos referidos profissionais dentro da temática. Desse modo, as autoras observaram que, em muitos artigos estudados por elas, os autores,

[...] fizeram proposições de como a formação docente deve ocorrer. Primeiramente, **indicou-se que ela seja incluída como componente curricular obrigatório das licenciaturas** [...]. Isso porque os licenciandos quando formados trabalharão na Educação Básica, obrigatoriamente inclusiva [...], precisando mediar o processo de ensino de forma a propiciar a aprendizagem a todos. [...] afirma que as licenciaturas precisam ter mais disciplinas transversais e práticas que discutam e capacitem os licenciandos para lidar com alunos com deficiências (FELICETTI; BATISTA, 2020, p. 174 – grifos nossos).

A citação acima confirma o fato de que as licenciaturas não têm incluído disciplinas sobre os temas ligados à educação inclusiva em seus cursos e indica, inclusive, que essas devem ser componentes curriculares obrigatórios, o que confirma nossa tese de que as licenciaturas têm falhado na formação docente frente às demandas da inclusão escolar das pessoas com deficiência, marginalizando a questão.

O estudo dessas autoras revelam também que a formação oferecida aos profissionais do ensino deve ser contínua e permanente, visto que a “formação contínua é relevante, pois proporciona o tempo necessário para elaborações que refazem identidades, baseado em pedagogias que consideram as diferenças”, oferecendo assim, orientações de como formar professores.

A literatura que ofereceu aporte para o estudo de Felicetti e Batista, discutiu também as barreiras que impedem a concretização da educação para as pessoas com deficiências e afirmaram “que a formação ainda não está acontecendo de maneira efetiva”. Para as autoras, “a primeira barreira à EI está na carência de formação docente (BAZON et al., 2015; KASSAR, 2014; CHAMBAL; BUENO, 2014; PIOVESAN et. al., 2019), a qual ressalta a afirmação anterior, de que tais processos não estão acontecendo de maneira satisfatória”.

O referido estudo conclui que,

Em todo o Brasil destaca-se o despreparo das licenciaturas para a inclusão escolar de alunos com deficiências (BASSO, 2015), o que dificulta o trabalho por esta perspectiva, resultando em prejuízos sociais e acadêmicos a todos os indivíduos (PLETSCH, 2009). Também, os professores têm conhecimentos limitados, fator identificado nos artigos analisados empecilho à EI (PEREIRA et. al., 2015; VILELA-RIBEIRO; BENITE, 2013; BAZON et. al., 2014). Tal limitação faz com que eles tenham problemas em construir novas representações acerca dos alunos com deficiência e mantenham ideias preconceituosas e segregacionistas (BAZON, et. al., 2014). Por causa dessa insuficiência de conhecimentos alguns docentes se posicionem contra a inclusão escolar e atribuam essa função para profissionais de apoio (VILELA-RIBEIRO; BENITE, 2013 apud FELICETTI; BATISTA, 2020, p.174).

Com tais afirmações, não há como negar que a tese que levantamos no início deste texto é real, de que os cursos de licenciaturas não têm oferecido contribuição necessária para a concretização da inclusão escolar das pessoas com deficiência. Por certo, aí se encontra seu maior desafio que é elaborar e disseminar conhecimentos que promovam outras atitudes frente à diversidade. Atitudes essas que devem estar pautadas, dentre outras coisas, na alteridade, na busca de eliminação da discriminação, para que alcance o objetivo maior da educação que deve ser formar ética e intelectualmente os sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, Cláudia. *Fundamentos da educação especial: aspectos históricos, legais e filosóficos*. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

BAPTISTA, Geilsa Costa Santos; SANTOS Laryssa Carneiro. Monitoria como espaço de formação docente inicial em biologia sensível à diversidade cultural. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, v. 11, n. 22, Belo Horizonte, 2019.

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra et al. A formação inicial de professores para a educação in/exclusiva. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 13, n. 30, p. 130-156, 2015.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. - 10. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRAUN, P.; PLETSCH, M. D.; SODRÉ, J. A formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva. In: NUNES SOBRINHO, F.

de P. (Org.). *Inclusão educacional - pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

CHAMBAL, Luís Alfredo; BUENO, José Geraldo Silveira. A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva em Moçambique: uma perspectiva crítica. *Cadernos CEDES*, v. 34, 2014.

COSTA, Vanderlei Balbino; ROCHA, Leonor Paniago; LIMA, Adriele Martins. A (de)formação da formação inicial dos professores na perspectiva da escola inclusiva. *Rev. Científica UBM* -, ISSN 1516-4071. ano XXV, v. 22, n. 42, 1. Sem. Barra Mansa (RJ) 2020.

CUSTÓDIO, Thais Paes; SILVA, Milena Bartolomei. Classe hospitalar: práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, v. 11, n. 22, Belo Horizonte, 2019. Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>

DIAS, Maycon Rodrigues de Oliveira. A Inclusão do Diferente no Contexto Social: Dever de Todos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 06, Vol. 01, pp. 158-171, 2018.

FELICETTI, Suelen Aparecida; BATISTA, Irinea de Lourdes. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, 2020. Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª, ed.: Atlas, São Paulo, 2010.

GLAT, R. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. In: *Revista Souza Marques*, v. I, p. 16-23, 2000.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, 2014.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos :Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. IN: MIRANDA, Therezinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (ORGS): *Formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves (Org). *Escola inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

PIOVESAN, Josiane Bertoldo et. al. A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 15, n. 4, 2019, p. 230-250.

PLETSCH, M. D. *O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 143-156. Editora UFPR, 2009.

RONDINI, Carina Alexandra. Caminhos e descaminhos na formação docente para o trabalho com os estudantes com altas habilidades/ superdotação. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, 2019.
Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>

SILVA, Livia Ramos de Souza; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. *Educação Inclusiva: o desafio da formação de professores*. Revelli, Inhumas, v.3, n.1, p. 07-17, mar 2011.

SOUZA, Flávia Dias de; RESENDE, Luís Maurício Martins de. Formação inicial de professores para a educação básica em uma universidade tecnológica: trajetórias de reformulação das licenciaturas numa perspectiva colaborativa. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, 2019.
Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. - Ed - Cortez: Autores Associados: São Paulo, 1986.

Recebido em: 03/02/2022

Aprovado em: 05/03/2022

Publicado em: 10/03/2022